



18 DE MARÇO DE 2016

Sexta-feira

- **METALÚRGICOS DA VOLVO COBRAM ENTENDIMENTOS**
- **PRESIDENTE DA FIEP CONTRA A NOMEAÇÃO DE LULA**
- **"ARGENTINIZAÇÃO" DA ECONOMIA É RISCO TRAZIDO PELO CAOS POLÍTICO**
- **SEM AJUSTES, PAÍS PODE CRESCER 1% AO ANO NA PRÓXIMA DÉCADA, DIZ MEIRELLES**
- **BAIDU VAI COMEÇAR A TESTAR CARROS AUTÔNOMOS NOS EUA**
- **CNI DIZ QUE EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE PARA 42,2 PONTOS**
- **MAIS CORTES DE JUROS AINDA SÃO POSSIBILIDADE PARA ATACAR INFLAÇÃO FRACA, DIZ BCE**
- **USIMINAS FAZ ACORDO COM CREDORES E SUSPENDE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS POR 120 DIAS**
- **ANALISTAS RECOMENDAM PRECAUÇÃO A INVESTIDORES EM MEIO A TURBULÊNCIA**
- **MINISTRO DO TRABALHO PREPARA MEDIDAS PARA EMPREGO**
- **FIESP E FIRJAN DEFENDEM IMPEACHMENT DE DILMA**
- **MONTADORAS PROMETEM FRENAGEM AUTOMÁTICA EM CARROS NOS EUA ATÉ 2022**
- **VW NEGOCIA COMPENSAÇÃO PELO DIESELGATE**
- **COM CRISE, BANCOS DE INVESTIMENTO APOSTAM EM 'SOCORRO' A EMPRESAS**
- **QUEDA DE AÇÕES AUTOMOTIVAS PUXA QUEDA NO PRINCIPAL ÍNDICE EUROPEU**
- **DENÚNCIA SOBRE BELO MONTE É "LEVIANA", DIZ NORTE ENERGIA**
- **CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA CORRUPÇÃO**
- **IMPACTO PROVOCADO PELA CPMF AFETA DESENVOLVIMENTO DAS MPES, AFIRMA FENACON**
- **LEI QUE ELEVA IMPOSTO SOBRE GANHO DE CAPITAL É SANCIONADA**
- **EMPRESÁRIOS QUEREM URGÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA TIRAR PAÍS DO CAOS**

- LUZ VOLTA A CONTRIBUIR PARA QUEDA DA INFLAÇÃO MEDIDA EM PRÉVIA DO IGP-M
- OCIOSIDADE CRESCE NA USIMINAS EM CUBATÃO
- PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO CAIU 8,7% EM FEVEREIRO, DIZ IABR
- PROCESSO CIVIL MUDA NO PAÍS COM NOVO CÓDIGO
- CAMEX AMPLIA COBERTURA DO SEGURO DE CRÉDITO A EXPORTAÇÕES PARA RISCO POLÍTICO
- ENORME CARGA DE DÍVIDAS NO BRASIL PROVOCA BOOM DE REESTRUTURAÇÃO

CÂMBIO EM 18/03/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,605	3,605
Euro	4,070	4,072

Fonte: BACEN

Metalúrgicos da Volvo cobram entendimentos

18/03/2016 – Fonte: Automotive Business



Durante assembleia realizada na quarta-feira, 16, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba e os trabalhadores da fábrica da Volvo deram à montadora um prazo de dois dias para que se inicie a negociação da manutenção dos empregos.

Os trabalhadores também pedem à empresa que pague a segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) calculada conforme os termos negociados para o benefício desde de 2011.

Segundo o sindicato, a Volvo quer incluir na apuração da PLR indicativos que não foram discutidos com a comissão de negociação durante o período da apuração do benefício, alterando as regras para o cálculo do benefício.

Presidente da FIEP contra a nomeação de Lula

18/03/2016 – Fonte: Bem Paraná



Edson Campagnolo, presidente da FIEP, repudiou a nomeação do ex-presidente Lula, do PT, como ministro da Casa Civil do governo Dilma Rousseff e afirmou que, diante da gravidade do momento atual, é necessária uma grande mobilização de toda a sociedade brasileira.

Ontem (17), mais de 100 representantes de entidades da sociedade civil organizada paranaense decidiram, durante reunião na Federação, em Curitiba, elaborar um manifesto conjunto em repúdio à nomeação e pedindo o andamento responsável do processo de impeachment no Congresso Nacional.

As entidades se posicionaram ainda em apoio a todas as ações de combate à corrupção em andamento no Brasil e pela defesa irrestrita da manutenção do Estado Democrático de Direito e dos princípios constitucionais.

"Argentinização" da economia é risco trazido pelo caos político

18/03/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Um dos riscos econômicos da acentuação da crise política é ocorrer uma espécie de "argentinização". No país vizinho, uma crise política acompanhada de grande descontentamento econômico, em 2001, descambou para o calote da dívida pública, a ascensão do kirchnerismo e o desencadeamento de uma política econômica populista.

Guardada as devidas proporções, o cenário político do Brasil lembra o clima de instabilidade vivido pelos argentinos no início do século XXI. A Argentina teve cinco presidentes e dois ministros da Fazenda em menos de um mês, as pessoas foram para as ruas protestar diariamente contra o governo e muitas correram aos bancos para sacar dinheiro e trocar por dólares, que tinha paridade com o peso.

Para conter esse movimento, o governo argentino resolveu implantar o impopular "corralito", ou seja, congelou os depósitos e estabeleceu limites para retirada de dinheiro da conta corrente e poupança. A situação se tornou insustentável, com invasões a estabelecimentos comerciais e confrontos nas ruas. O governo decretou, então, a moratória da dívida pública, estimada em US\$ 100 bilhões.

Todo esse caos político e econômico levou a uma saída populista: a eleição de Nestor Kirchner em 2003, que resultou na implantação do "kirchnerismo" durante 12 anos. No Brasil, a semelhança está no fato de vivermos uma recessão econômica, com alta da inflação e falta de confiança e investimento do setor privado.

Outra similaridade é a queda da popularidade do governo, que enfrenta nas ruas uma série de protestos que pedem pelo impeachment ou renúncia da presidente Dilma Rousseff.

Na visão do economista e professor da USP e pesquisador do Ceper/Fundace, Luciano Nakabashi, a ameaça de o país viver consequências econômicas similares à Argentina é real. "Estamos em uma trajetória de calote da dívida pública", diz Nakabashi.

Para ele, a volta de Lula indica que o governo pretende retomar as medidas que seriam a causa da recessão, como o descontrole fiscal, o estímulo ao crédito, o controle dos preços administrados, o afastamento do capital estrangeiro e a proteção a segmentos específicos. "Já temos uma década perdida e pode se transformar em mais duas se continuarmos cometendo os mesmos erros do passado", afirma.

Apesar de avaliar que a situação do Brasil é distinta da vivida pela Argentina, o economista da PUC-RJ José Márcio Camargo acredita que a permanência da presidente Dilma no governo pode resultar em uma economia com medidas populistas, já que o foco será sustentar a sua permanência no poder.

Se essa situação se concretizar, o especialista acredita na exacerbação da pressão inflacionária e na desvalorização cambial, com novos rebaixamentos do país pelas agências de classificação de risco. Camargo descarta, porém, um calote da dívida pública.

Se há quem veja a economia brasileira em uma guinada ao populismo, o economista e professor da UFRGS Ronald Otto Hillbrecht diz que já vivemos em "capitalismo de compadres", de cooptação política e econômica. "Esse modelo já está em ação e é difícil prever qual vai ser a solução."

O especialista acredita que há possibilidade do governo federal monetizar a dívida, ou seja, emitir moeda para pagar as suas contas. "Meu maior medo é da 'venezuelização', com o completo colapso da economia", afirma Hillbrecht.

Estabilidade

A tese do "risco populista" é completamente refutada por quem defende uma saída da crise via gasto público. O cientista político e professor de relações internacionais e economia da Facamp e Faculdades Rio Branco, Pedro Costa Júnior, diz que a nomeação de Lula como ministro é a forma que o governo encontrou para trazer estabilidade política e tentar retomar o crescimento.

O especialista acredita que, se o governo conseguir implantar uma política econômica expansionista, com diminuição da taxa de juros e aumento da atuação do BNDES, a economia deve se recuperar.

No início do século XXI, Argentina viveu um colapso político e econômico. No Brasil, há algumas similaridades. Relembre:

CRISE POLÍTICA

Argentina

O final do século XX foi marcado por diversas denúncias de corrupção durante o mandato do presidente argentino Carlos Saúl Menem. A crise política levou à eleição de Fernando de La Rúa que implantou medidas que geraram a revolta popular, como o "corralito". De la Rúa não resistiu à pressão das ruas e renunciou ao cargo. Até a eleição de Néstor Kirchner, em 2003, quatro presidentes assumiram o poder.

Brasil

O governo Dilma enfrenta no seu segundo mandato o escândalo de corrupção na Petrobras relevado pela Operação Lava Jato. Empresários e políticos aliados ao PT foram presos na operação deflagrada há dois anos e que ainda está longe do fim. Ao mesmo tempo, a base aliada ruiu e foi iniciado um processo de impeachment contra

a presidente. Em paralelo, o TSE avalia se foi usado dinheiro de corrupção na campanha, o que pode levar à cassação da chapa Dilma-Temer.

CRISE ECONÔMICA

Argentina

A crise econômica na Argentina começou no fim do século XX, impulsionada pelos escândalos de corrupção, e se intensificou com o "corralito" (congelamento dos depósitos bancários e estabelecimento de limites para saques). A situação ficou ainda pior com o calote da dívida pública, anunciado em 2001 e estimado em US\$ 100 bilhões.

Brasil

Após anos de uma política econômica voltada a oferta de crédito, manutenção de programas sociais e represamento dos preços administrados, a inflação voltou a atingir a casa dos dois dígitos e o país entrou em uma profunda recessão, com o PIB recuando 3,8% em 2015 e o desemprego medido pela Pesquisa Mensal de Emprego atingindo o maior nível desde 2002.

PROTESTOS

Argentina

A crise política e econômica levou milhares de argentinos às ruas para protestar contra o governo no início dos anos 2000. Houve panelaço, saques a estabelecimentos comerciais e confrontos entre manifestantes e com a polícia.

Brasil

Com a economia em queda livre e os desdobramentos da Lava Jato colocando em xeque os atuais governantes, os brasileiros foram às ruas exigir a renúncia ou o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Os protestos se intensificaram com o anúncio da volta do ex-presidente Lula ao governo.

Sem ajustes, país pode crescer 1% ao ano na próxima década, diz Meirelles

18/03/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O ex-presidente do Banco Central (BC) durante o governo Lula, Henrique Meirelles, acredita que o Brasil poderá encerrar 2016 com uma queda de até 4% no Produto Interno Bruto (PIB), atingindo a maior recessão da história após o resultado negativo no ano passado (-3,8%).

Ao traçar cenários para a economia no longo prazo, Meirelles afirmou que, mantida a incerteza fiscal, o país terá crescimento baixo na próxima década, de 1% ao ano. Em um cenário com reformas esse patamar poderia subir a 4% ao ano em média, afirmou em palestra no Rio, onde abriu a Super Expofood.

Cotado para voltar ao governo, o ex-presidente do BC destacou que o alto nível de reservas internacionais acumulado nos últimos anos é muito importante e dá tempo ao governo para realizar o ajuste do setor externo, em sua opinião relativamente avançado com ajuda da depreciação cambial e a desaceleração da economia.

“Reservas são muito importantes e é muito positivo que o Brasil tenha acumulado essas reservas, que são um colchão de liquidez”, disse.

Nos últimos dias voltou à tona a possibilidade do governo queimar reservas para abater a dívida do país. Ontem, contudo, a presidente Dilma Rousseff afirmou que elas não serão usadas a não ser para a proteção do País de flutuações internacionais. “É importante que o nível de reservas seja mantido”, repetiu Meirelles.

As especulações em torno de um convite a Meirelles para voltar ao governo, no Banco Central ou até mesmo na Fazenda, cresceram com a notícia da chegada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto como ministro-chefe da Casa Civil. O economista saiu do evento no Rio sem falar com a imprensa.

O cenário de Meirelles para 2016 é de inflação persistentemente alta e retração econômica. O mercado prevê no boletim Focus uma queda de 3,7% no PIB, que na visão de Meirelles pode se aprofundar a 4%, levando em conta o carry over de 2015.

“Pode chegar a ser a maior recessão da história do Brasil”, afirmou. “O desafio maior é porque existe de fato muita incerteza”, completou.

O primeiro cenário traçado por Meirelles prevê a solução de “questões de curto prazo”, mas sem preocupação com a questão fiscal, levando a um crescimento de apenas 1% ao ano em média na próxima década. O cenário básico, com ajuste fiscal mas sem reformas, seria de crescimento de 2% ao ano.

Para Meirelles, a única chance de elevar essa perspectiva a 4% ao ano é realizar reformas como a tributária e a previdenciária “no sentido de gerar mais eficiência trabalhista”, o que é combatido por parte do PT.

Ele defendeu ajustes em despesas como as vinculadas e previdenciárias como fundamentais para equilibrar a curva da dívida líquida do País e evitar que volte aos patamares de 2002, quando atingiu 60% do PIB.

Meirelles disse que o País vive um quadro de inflação elevada e resiliente, mas que não há problema estrutural que impeça a inflação de convergir para perto da meta. “(controlar) A inflação é um desafio. A boa notícia é que o Brasil já fez isso”, disse.

O ex-presidente do BC diz que as expectativas de inflação em torno de 7,5% em 2016 são muito fortes, principalmente levando em conta o cenário de paralisia na economia. “O Brasil é um dos poucos países no mundo que se preocupam com inflação em meio a uma recessão forte”, disse.

Em sua análise de longo prazo, ele destacou a escala de consumo, a inclusão da classe média e a estabilidade política medida pela força das instituições como vantagens do País frente a outros emergentes. O recado foi dado em um momento de queda de braço entre os poderes.

“Ninguém tem dúvida que vai acontecer eleição e que os eleitos vão tomar posse. As instituições funcionam, a imprensa é livre, a Justiça independente. Coisas que muitos emergentes não têm. A médio e longo prazo isso tem efeito importante para o país. Isso é um ganho da democratização”, declarou.

Baidu vai começar a testar carros autônomos nos EUA

18/03/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A gigante chinesa de buscas Baidu vai começar a testar seus carros autônomos nas ruas dos Estados Unidos, seguindo o movimento do Google. A ação se soma aos esforços da empresa de tecnologia para lançar veículos que trafegam sem motoristas já em 2018.

O movimento foi anunciado nesta quarta-feira (16) em uma reportagem do *The Wall Street Journal*. Junto dos testes, o Baidu vai tentar se aproximar das autoridades norte-americanas para fomentar as discussões sobre a regulação da tecnologia – passo considerado essencial pelas empresas do setor para que os carros autônomos ganhem as ruas.

Em dezembro do ano passado, a companhia chinesa anunciou que havia feito o teste mais longo até então com um carro autônomo circulando pelas ruas de Pequim. O automóvel utilizado foi um BMW modelo Gran Turismo, equipado com um sistema inteligente desenvolvido pelo próprio Baidu.

O deslocamento total foi de 30 quilômetros e, durante o percurso, o veículo chegou a atingir 100 quilômetros por hora.

O carro autônomo do Baidu está em desenvolvimento desde 2013 e, por meio de tecnologias de reconhecimento de objetos, pode detectar obstáculos ao seu redor, reconhecer faixas de rolamento e definir com precisão distância e velocidade.

CNI diz que evolução da produção industrial sobe para 42,2 pontos

18/03/2016 – Fonte: Bem Paraná

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou nesta quinta (17) a pesquisa Sondagem Industrial com dados de fevereiro. Eles mostram que a evolução da produção passou de 39,7 pontos para 42,2 pontos.

Outro indicador, que mede a evolução do número de empregados, passou de 41,4 pontos para 42,8 pontos. Pelos critérios da CNI, os índices variam de zero a cem pontos e valores abaixo de 50 pontos indicam retração da atividade e do emprego.

As informações são da Agência Brasil. Em fevereiro, a indústria operou, em média, com 62% da capacidade instalada e se manteve no piso da série histórica. Na comparação com fevereiro de 2015, o percentual foi 4 pontos a menos, informou a CNI.

Os dados indicam, também, que os estoques permaneceram no nível planejado, cujo índice foi de 49,7 pontos, em torno da linha de 50 pontos. Houve redução no pessimismo, mas as perspectivas dos empresários em março para os próximos seis meses continuam negativas.

O índice de expectativa de demanda subiu de 45,6 pontos para 46,9 pontos no período e o de compras de matérias-primas foi de 43,6 pontos para 45,2 pontos. As perspectivas para o número de empregados subiram de 42,1 pontos, em janeiro, para 43 pontos, em fevereiro.

Como os indicadores estão abaixo de 50 pontos, na análise da CNI, as perspectivas são de queda na demanda, na compra de matérias-primas e no emprego. Os empresários estão confiantes apenas em relação ao aumento das vendas externas.

O índice de expectativa de quantidade exportada continua acima de 50 pontos, ao registrar 52,6 pontos. A Sondagem Industrial foi feita entre 1º e 10 de março com 2.391 empresas, das quais 1.023 são pequenas, 837 são médias e 531 de grande porte.

Mais cortes de juros ainda são possibilidade para atacar inflação fraca, diz BCE

18/03/2016 – Fonte: R7

Uma redução maior na taxa de juros continua como um instrumento que pode ser utilizado pelo Banco Central Europeu (BCE) para atacar a fraqueza das pressões inflacionárias, afirmou o economista-chefe da instituição, Peter Praet. As declarações reforçam a ideia de que o BCE poderia ainda cortar mais os juros, caso a situação econômica piore.

Em entrevista ao jornal italiano La Repubblica, Praet disse que o BCE não atingiu necessariamente o mais longe que pode ir em relação às taxas de juros. Segundo ele, mais choques negativos podem mudar a perspectiva econômica ou as condições financeiras podem não mudar o suficiente e, nesses casos, novos cortes nos juros seriam avaliados.

Na semana passada, o BCE anunciou várias medidas de estímulo, com cortes em todas as suas taxas de juros, o aumento de seu programa de compra de títulos, o lançamento de novos empréstimos direcionados para impulsionar os empréstimos ao setor privado e a compra de títulos corporativos.

O presidente do BCE, porém, disse que a instituição não prevê mais reduções nas taxas de juros, ainda que tenha mencionado que fatos novos poderiam mudar a avaliação.

Praet também se mostrou aberto à ideia de o banco central entregar mais dinheiro diretamente às pessoas, em vez de fazer empréstimos aos bancos ou comprar ativos. Segundo ele, porém, é preciso avaliar se e quando seria oportuno usar esse tipo de instrumento "realmente extremo".

Usiminas faz acordo com credores e suspende obrigações financeiras por 120 dias

18/03/2016 – Fonte: R7

A Usiminas assinou acordos com credores brasileiros e japoneses para suspender obrigações financeiras da companhia pelo prazo de 120 dias, condicionados à aprovação de proposta de aumento de capital, de acordo com fato relevante da siderúrgica nesta sexta-feira.

Os acordos determinam a suspensão das obrigações de pagamento do montante principal de financiamentos e das obrigações de cumprimento de índices financeiros previstos nos contratos da siderúrgica com os credores.

Os credores também se comprometeram a não declarar o vencimento antecipado das obrigações financeiras da Usiminas.

Os acordos estão condicionados à aprovação de proposta de aumento de capital da Usiminas no valor mínimo de 1 bilhão de reais, que deve ser submetida a assembleia geral.

Caso a proposta não seja aprovada, os acordos deixarão de vigorar antes do fim dos 120 dias.

O Conselho da Usiminas aprovou na semana passada proposta de aumento de capital de 1 bilhão de reais, operação considerada essencial para evitar que a maior produtora de aços planos do Brasil seja forçada a pedir recuperação judicial diante de sua frágil situação financeira.

A proposta estava condicionada à celebração de acordo pela Usiminas com seus principais credores.

A japonesa Nippon Steel se comprometeu a subscrever até 1 bilhão de reais na operação.

A ítalo-argentina Techint fez proposta diferente, que prevê aumento de capital de até 563 milhões de reais, e voltará a ser apresentada na assembleia para discutir o aumento de capital. Os dois grupos dividem o controle da siderúrgica brasileira.

Segundo comunicado da Usiminas, os acordos com credores divulgados nesta sexta-feira também podem deixar de vigorar antes do fim do prazo caso seja aprovada proposta alternativa de aumento de capital, a menos que os credores concordem com a outra proposta previamente.

A Usiminas disse que continua negociando com os bancos um projeto de reestruturação financeira para adequar seu perfil de endividamento.

Analistas recomendam precaução a investidores em meio a turbulência

18/03/2016 – Fonte: Folha e S. Paulo



A instabilidade político-econômica que o Brasil vive atualmente pode trazer dúvidas sobre manter uma aplicação financeira ou partir para ganhos maiores. Apesar de a flutuação abrir possibilidades, analistas ouvidos pela Folha pregam cautela, principalmente a pequenos investidores.

A perspectiva de alocar o dinheiro em outros investimentos parece tentadora. Na quinta-feira (17), o Ibovespa, principal índice acionário brasileiro, subiu 6,6%, enquanto o dólar teve queda de 4,2%.

A movimentação, contudo, pode ser perigosa. "A recomendação ao pequeno investidor é não fazer movimentos bruscos, já que, em momentos de nervosismo como o atual, existe a possibilidade de ganhos, mas a chance de perda também é enorme", afirma o administrador de investimentos Fábio Colombo.

Para ele, o investidor deve esperar um aceno mais concreto do mercado. Analistas alertam ainda para o perigo da busca por resultados no curto prazo.

"A Bolsa subindo tanto pode parecer tentador. Porém, acho que o mais importante é não arriscar tentando ganhar rapidamente", afirma Marcelo D'Agosto, consultor financeiro da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Outro ativo que sofre grande variação com as mudanças políticas é o dólar. Por isso, a atenção com operações relacionadas a moeda norte-americana deve ser redobrada. "O dólar é ainda mais difícil de prever. Então evite entrar em papo de amigo, porque a chance de perder é grande", afirma Colombo.

RENDA FIXA

As variações do mercado, porém, não afetam bruscamente investimentos de renda fixa. Por isso, quem deseja escapar do baixo rendimento da poupança deve analisar essa possibilidade.

"Se o investidor optar por um título, público ou privado, com taxas relativamente baixas, ele não correrá grandes riscos e poderá ter um rendimento melhor que o da poupança", afirma Virgínia Prestes, professora de finanças da Faap, em São Paulo.

Ministro do Trabalho prepara medidas para emprego

18/03/2016 – Fonte: O Globo



Enquanto permanece o impasse jurídico em torno da ida do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil e, ao mesmo tempo, avançam as discussões sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff, ministros petistas estudam medidas de incentivo à economia que possam servir como boia de salvação para o governo.

Um deles é Miguel Rossetto, do Trabalho e da Previdência, que já tem sobre sua mesa um conjunto de ações para reduzir o desemprego e aumentar a renda das famílias.

Petista de carteirinha e ligado a Lula, Rossetto propõe um pacote que inclui, entre outras coisas, a criação de frentes de trabalho com bolsas para jovens, segmento mais atingido pelo desemprego.

Essas frentes atuariam em ações comunitárias, como campanhas de combate ao vírus Zika, coleta de lixo e agricultura. O ministro defende ainda o pagamento de um adicional aos beneficiários do Bolsa Família e a adoção de novas regras para acelerar

o uso do FGTS. Outra ação seria ampliar o seguro-desemprego de cinco para sete parcelas para os setores mais afetados por demissões. Esse caminho, previsto nas regras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), já foi adotado no passado.

As propostas estão sendo elaboradas em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), centrais sindicais e entidades empresariais. Sem entrar em detalhes sobre as medidas, Rossetto disse ao GLOBO que estuda várias frentes, para criar um grande programa pró-emprego. Segundo ele, a ida de Lula para o governo ajudaria nesse processo.

— Grande parte das dificuldades econômicas que o país atravessa decorre dessa enorme instabilidade política. Estamos trabalhando em várias direções, utilizando os fundos (FAT e FGTS) para ampliar os investimentos, e em propostas de regulação e a qualificação profissional — disse o ministro.

Sérgio Leite, representante da Força Sindical no Conselho Deliberativo do FAT, concorda com a adoção da estratégia:

— Defendemos medidas emergenciais neste momento difícil.

MEDIDAS DEPENDEM DE ESPAÇO FISCAL

Antes mesmo de ser anunciado para a Casa Civil, Lula vinha dizendo a interlocutores que é preciso “colocar dinheiro nas mãos dos pobres”. O argumento é que o mandato de Dilma poderia ser salvo com incentivos ao consumo e a redução das taxas de juros.

Os integrantes da equipe econômica, no entanto, têm ponderado com o Palácio do Planalto que essa saída não é viável no momento. Em primeiro lugar, não há espaço fiscal para aumentos de gastos. Além disso, alertam os técnicos, o maior problema da economia hoje é a incerteza gerada pela crise política.

— A paralisia vem da política, que afeta a confiança das famílias. As pessoas não vão sair de casa para consumir, mesmo que haja mais crédito ou menos juros. Elas temem a inflação e o desemprego — afirma um integrante da área econômica.

Ele lembra que a reação da economia a qualquer medida que seja adotada leva tempo. Por isso, a maior urgência no momento é concluir o processo de impeachment. Isso, no entanto, não significa que a agenda econômica ficará parada enquanto esse processo se desenrola.

O governo vai encaminhar ao Congresso no início da semana que vem sua proposta de reforma fiscal, que inclui a fixação de um teto para os gastos e a renegociação das dívidas de estados com a União. Os técnicos lembram que somente o acordo com os governadores vai liberar o equivalente a R\$ 44 bilhões para investimentos nos próximos três anos e ainda terá como contrapartida uma melhoria da gestão fiscal.

Ontem, continuaram os rumores de que Lula traria o ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles para alguma posição na equipe econômica, seja no lugar do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, ou do presidente do BC, Alexandre Tombini.

Segundo os técnicos, no entanto, essa movimentação não é compatível com a guinada à esquerda que o PT quer fazer na condução da economia. Eles afirmam que Meirelles não aceitaria uma agenda que, além de agravar mais o desequilíbrio das contas públicas, aumentaria a desconfiança do mercado.

Fiesp e Firjan defendem impeachment de Dilma

18/03/2016 – Fonte: O Globo



Duas grandes entidades do setor industrial se posicionaram abertamente sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff nesta quinta-feira. Paulo Skaf e Eduardo Eugênio, respectivos presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan), defenderam a saída da mandatária. Já o presidente da Confederação da Indústria (CNI), Robson Andrade divulgou nota pedindo o restabelecimento da governabilidade.

A decisão da instituição paulista foi tomada após uma reunião com 86 representantes de associações, federações e sindicatos da agricultura, do comércio, dos serviços e da indústria na sede da entidade, em São Paulo, para debater o agravamento da crise política.

— Já que ela não renunciou, como pedimos, nossa bandeira, a partir de agora, passa a ser o impeachment. Não tem cabimento o Brasil continuar à deriva. Há um descontrole total, e o governo não está se preocupando com as empresas, com o desemprego, mas apenas em se manter no poder — afirmou Skaf após a reunião.

Ele afirmou que todos os participantes da reunião vão trabalhar junto a deputados e senadores para mostrarem que a sociedade quer mudanças e deseja o impedimento de Dilma. Eugênio também afirmou que vão recorrer a parlamentares.

— Vamos nos concentrar no Congresso Nacional, a partir da semana que vem para este trabalho. Os parlamentares que não devem favores e estão pensando no povo deverão votar a favor do impeachment — explicou Skaf que acredita que em 35 dias o processo do impedimento da presidente já estará aberto.

Ele disse que a Fiesp e as demais associações e federações que aderiram a esta bandeira se propõem a ajudar ao governo que substituir Dilma para que o país saia da crise econômica.

'QUEREMOS UM BASTA'

— Ficou patente que não aguentamos mais. Queremos um basta. E um basta se dá através do impeachment, da responsabilidade de nossos congressistas têm de fazer o que precisam fazer dentro da democracia e da Constituição — disse Eduardo Eugênio na sede da Firjan, no Rio. — O impeachment está previsto na Carta magna. Podemos ter um novo governo no início de maio se o Congresso trabalhar na direção que precisa trabalhar.

Ele e outros representantes de federações das indústrias dos estados de São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Pará discutiram em videoconferência nesta tarde como vão se articular para obter apoio dos parlamentares.

— Repudiamos a postura de membros do governo usando seu status contra o Estado brasileiro. O que vimos ontem é escandaloso — afirmou Eugênio, referindo-se à gravação telefônica em que Dilma e Lula combinam como o ex-presidente vai assinar o termo de posse de ministro, supostamente para obter foro privilegiado.

Semana passada, em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", o presidente da Firjan ainda não defendia claramente o impeachment. "Não advogo pelo impeachment, mas é um instrumento sobre a mesa", disse.

Nesta quinta-feira, Eugênio, que vestia camisa preta, disse que "o risco institucional está sobre a mesa", uma vez que já há agressões físicas de manifestantes nas ruas. Ele disse que o Brasil não pode deixar que "esse grupo nos leve para uma republiqueta" e demonstrou preocupação com o ambiente para os negócios.

— Está tudo parado. Você acha que alguém em Brasília hoje está preocupado em falar sobre problemas de infraestrutura?

'JÁ PASSOU DA HORA'

Em nome das federações da indústria, o presidente da CNI disse que as entidades estão extremamente preocupadas com o agravamento da crise política e econômica que o Brasil atravessa e pede "grandeza, serenidade e espírito público" dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

"A indústria nacional não pode aceitar que disputas e desavenças políticas se sobreponham aos interesses maiores da nação", diz um trecho do "Comunicado à Nação", da CNI.

"O setor empresarial espera que as instituições brasileiras, principalmente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), com o apoio e a participação da sociedade, consigam encontrar, com urgência, soluções para tirar o país da crise política e econômica. Neste momento turbulento da vida nacional, a indústria brasileira exige grandeza, serenidade e espírito público dos homens e das mulheres que ocupam os Três Poderes da República, para que o Brasil possa superar o cenário adverso, voltar a crescer e ter confiança no futuro", afirmou o texto.

De acordo com Andrade, os empresários, assim como todos os brasileiros, estão perplexos diante da grave deterioração do cenário político, que submete o país a uma situação sem precedentes em sua história recente. O caos em que mergulhou a política nacional, enfatizou, gera um quadro de profundas incertezas, que piora as perspectivas da economia, já abalada pela mais séria recessão dos últimos 25 anos.

"O país vem sendo duramente prejudicado pela paralisia decisória que o afastou do caminho do crescimento, provocando o aumento do desemprego, a elevação da inflação e o fechamento de empresas. Os efeitos da atual crise ética, política e econômica têm sido catastróficos para empresas e trabalhadores. Ninguém aguenta mais assistir ao espetáculo deprimente em que se transformou a política brasileira. Já passou a hora de, com respeito aos ditames da lei e da Constituição, darmos um basta a esse impasse para que o país possa retomar o rumo", acrescenta o comunicado.

Para Andrade, é imprescindível restabelecer a governabilidade. Acrescentou que também considera fundamental restaurar a moralidade no trato dos assuntos públicos, adotar melhores práticas administrativas e implantar medidas favoráveis à estabilidade social, ao emprego e ao desenvolvimento.

FACESP E ACSP PEDEM RENÚNCIA

Skaf se referiu à volta de Lula ao governo como uma "tentativa de golpe" e disse que o PMDB deverá desembarcar do governo o mais rápido possível. Ele afirmou que o vice-presidente Michel Temer deverá convocar os diretórios do PMDB para ratificar essa decisão.

— O presidente que assumir tem que saber que a sociedade quer um ajuste fiscal pela via do corte de despesas e não do aumento de impostos — acrescentou.

Durante a reunião, alguns participantes estavam com bonecos infláveis do presidente Lula vestido como presiário. Ao final da reunião, segurando as bandeiras do Brasil e de São Paulo, os participantes cantaram o hino nacional.

Em nota divulgada nesta quinta, a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) e a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) pediram a renúncia da presidente Dilma Rousseff.

Segundo o texto da nota, o Brasil vive um período sem precedentes de crise ética, política, de governabilidade, econômica e, sobretudo, social.

“A paralisia decisória que envolve governo e Congresso produz incerteza que trava as decisões empresariais e a vida das empresas, levando a um processo de deterioração que se aprofunda rapidamente e que já atinge de forma perversa a classe trabalhadora e as famílias”, afirma o texto assinado pelo presidente da Facesp e da Associação Comercial de São Paulo, Alencar Burti.

Montadoras prometem frenagem automática em carros nos EUA até 2022

18/03/2016 – Fonte: Automotive Business

Vinte montadoras fecharam um acordo com o governo dos Estados Unidos para que a maioria de seus veículos saiam de fábrica com o sistema de **frenagem automática**, em que até uma determinada velocidade, o carro consegue se antecipar ao motorista, reduzindo a velocidade ou parando, quando detecta uma colisão iminente.

O acordo, confirmado pelo governo norte-americano na quinta-feira, 17, prevê um prazo para até 1º de setembro de 2022 para veículos leves. Já para picapes, o prazo se estende até 2025.

Aderiram ao acordo voluntariamente a Audi, BMW, FCA (Fiat Chrysler), Ford, General Motors, Honda, Hyundai, Jaguar Land Rover, Kia, Maserati, Mazda, Mercedes-Benz, Mitsubishi, Nissan, Porsche, Subaru, Tesla, Toyota, Volkswagen e Volvo, que representam, segundo o governo local, 99% do mercado.

O acordo agiliza muito mais o uso do sistema pelo setor se comparado ao processo que o governo deveria adotar para determinar sua obrigatoriedade por lei, informa Mark Rosekind, diretor da Agência Nacional de Segurança Viária dos EUA (NHTSA). “Um comprometimento dessa magnitude nunca aconteceu”, disse Rosekind.

O sistema combina o uso de radares, câmeras e laser para determinar a distância e a velocidade do veículo à frente. É a mesma combinação usada nos carros autônomos para a leitura do trânsito e das vias e geralmente funciona até um determinado limite de velocidade.

Um estudo do Insurance Institute for Highway Safety Cars (IIHS) mostra que o sistema poderia reduzir em até 40% as colisões traseiras. Esse tipo de acidente teve 700 mil ocorrências registradas pela polícia dos Estados Unidos em 2013 e corresponde a 13% do total de acidentes de trânsito.

VW negocia compensação pelo dieselgate

18/03/2016 – Fonte: Automotive Business



O Grupo VW negocia com as autoridades norte-americanas a criação de fundos de reparação aos danos pela fraude nas emissões de seus motores diesel EA 189, o escândalo dieselgate. A notícia é da agência Bloomberg. Um dos fundos seria administrado pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) e empregado para favorecer o uso de transporte limpo em todos os Estados Unidos. O outro seria gerido pela Califórnia a fim de promover veículos com emissão zero naquele Estado.

Um acordo desse tipo poderia ajudar o Grupo VW a sanar parte do problema que afeta 11 milhões de veículos a diesel em todo o mundo. Na Califórnia, a montadora tem até o dia 24 de março para apresentar a solução técnica a ser aplicada em quase 600 mil veículos.

Segundo um analista da Bloomberg, as penalidades para quatro violações cometidas pelo grupo somente nos EUA podem totalizar até US\$ 46 bilhões, o que teria levado à necessidade de negociar um acordo que fosse administrável.

As negociações para a solução dos problemas nos Estados Unidos só teriam começado a deslançar nas últimas semanas. O executivo Francisco Javier Garcia Sanz, o mais antigo membro do conselho administrativo, assumiu o controle das conversações com a área técnica em dezembro.

A consolidação de uma ação civil do departamento de justiça incluiria os dois fundos e acordos de redução das emissões de óxido de nitrogênio dos veículos em circulação. Nas negociações realizadas até o momento, as autoridades americanas e da Califórnia insistem que os termos finais deem sempre aos consumidores o direito de vender seus carros de volta à Volkswagen se quiserem. Tal possibilidade seria admitida pelo grupo.

Segundo John German, vice-líder do Conselho Internacional de Transporte Limpo (ICCT), o governo americano pode exigir da VW para os carros que permanecerem em circulação a extensão de garantia e substituição dos catalisadores ou outros itens de controle de emissões a cada 40 mil quilômetros.

O ICCT é a entidade sem fins lucrativos que, ao lado de pesquisadores da West Virginia University, ajudou a descobrir o software capaz de enganar a fiscalização e reduzir as emissões sempre que "percebe" um dispositivo conectado ao motor para análise de poluentes.

Ainda de acordo com a Bloomberg, houve progressos para a adoção de novos software e hardware de controle de motor a fim de reduzir as emissões, mas parece improvável que haja avanço em todas as questões técnicas a ser solucionadas até a próxima semana.

"Não acreditamos que nenhuma das três gerações de tecnologias para os veículos com motor EA 189 2.0 possa ser reparada para atender os níveis de emissões certificados", disse recentemente o chefe da divisão de fiscalização do conselho da Califórnia, Todd Sax.

Com crise, bancos de investimento apostam em 'socorro' a empresas

18/03/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Com a crise que atingiu as empresas e reduziu drasticamente a atividade do mercado de capitais, os bancos de investimentos passaram a ampliar o foco de seus serviços para compensar a queda de receitas, oferecendo soluções para adequarem empresas ao ambiente de crise. Com isso, fusões e aquisições, remodelagem de companhias e reestruturação de dívidas ganham cada vez mais espaço.

O movimento de "socorro" a empresas ocorre na esteira do encolhimento das atividades típicas de bancos de investimento, como emissão de dívida e de ações, que secaram por causa da retração econômica e da grande volatilidade do mercado.

A receita com comissões de assessoria em atividades como emissões de ações e de dívida caiu 40% no ano passado, para US\$ 459 milhões, segundo dados da consultoria Dealogic. Em 2015, o Brasil registrou apenas uma abertura de capital, a da Par Corretora. A "janela" para ofertas de ações se mantém fechada desde então.

No ano passado, as captações corporativas das empresas brasileiras, tanto no mercado doméstico quanto externo, foram as mais baixas em sete anos. E a fraqueza continua nesse início de 2016, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

As receitas vindas das atividades tradicionais dos bancos de investimento neste ano até o dia 15 de março somavam US\$ 31 milhões, caminhando para fechar o pior trimestre em anos, segundo a Dealogic. Nos primeiros três meses de 2015, essa linha foi de US\$ 106 milhões, após atingir US\$ 183 milhões no mesmo intervalo de 2014.

Um exemplo desse momento de redesenho dos negócios é a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que costuma atuar na ponta compradora, mas que, agora, além de ter renegociado vencimentos de curto prazo com credores, contratou diversos bancos de investimento para seguir com seu plano de desinvestimento. Outra que está enxugando seus negócios é a Vale, que corre contra o tempo para se manter saudável diante do ciclo de baixa do minério de ferro.

Responsável pelo banco de investimento do Bank of America Merrill Lynch no Brasil, Hans Lin afirma que a demanda das empresas pelos produtos de bancos de investimento mudou.

"Desde o ano passado, esse é um mercado muito mais de M&A (fusões e aquisições) do que de mercado de capitais", afirma. Segundo ele, de 2006 a 2011, cerca de 50% das receitas do banco de investimento eram referentes à emissão de ações. Depois disso, o mercado começou a mudar e hoje mais de 60% das receitas vêm de fusões e aquisições.

O maior volume de empresas precisando de ajuda para remodelagem dos negócios ou, em último caso, até mesmo a sobrevivência, tem como pano de fundo os altos juros que dificultam os pagamentos dos juros das dívidas, o fim do boom das commodities e a maior restrição de crédito por parte dos agentes econômicos.

O ponto chave nesse momento de crise, destaca o diretor gerente do Bradesco BBI, Leandro Miranda, é abordar os negócios das companhias de maneira multidisciplinar, para se fazer uma análise sobre segmentos de atuação, rentabilidade dos negócios, perfil da dívida e eventual necessidade de um ajuste, podendo ser, por exemplo, via venda de ativos.

“Monta-se um time que engloba também o conhecimento setorial para entender, por exemplo, possíveis alianças estratégicas e mercados que podem ser acessados para reequilibrar o risco”, exemplifica o executivo.

De um lado da mesa há companhias com foco no mercado interno e que conseguem ser competitivas para destinarem parte da produção ao exterior. Outras, com elevado endividamento, colocaram ativos à venda. A Hypermarchas, por exemplo, foi bem sucedida ao vender a divisão de cosméticos para a gigante multinacional Coty e a de preservativos, para a Reckitt Benckiser. Agora, a companhia busca um comprador para a divisão de fraldas.

Estrangeiros. Beneficiados pelo câmbio, os investidores estrangeiros têm sido destaque nas negociações no Brasil. Nas operações de fusões e aquisições registradas no ano passado, as compras de empresas brasileiras por estrangeiras responderam por uma grande fatia das transações, com 43% do total, o equivalente a R\$ 47,1 bilhões, de acordo com a Anbima.

“As transações ‘cross-border’ vão continuar fortes”, afirma Lin, do Bank of America Merrill Lynch no Brasil, ao lembrar que muitas empresas se viram forçadas a se desfazer de boas operações para abater o endividamento.

Queda de ações automotivas puxa queda no principal índice europeu

18/03/2016 – Fonte: G1

O principal índice de ações europeias caiu nesta quinta-feira (17), pressionado pelas empresas exportadoras devido à alta do euro contra o dólar após o Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, sinalizar menos altas dos juros do que esperado este ano.

O índice FTS Eurofirst 300 fechou em baixa de 0,13%, aos 1.340 pontos, um dia após o Fed deixar inalterada a taxa de juros e indicar que o crescimento econômico moderado dos EUA e os "fortes ganhos de emprego" permitirão ao banco apertar a política monetária este ano, com novas projeções mostrando que as autoridades esperam dois aumentos de 0,25 ponto percentual até o fim do ano, metade dos aumentos na projeção de dezembro.

Entretanto, as ações das mineradoras subiram com o dólar mais fraco tornando os metais mais acessíveis a consumidores que comprem em outras moedas não denominadas em dólar, impulsionando os metais industriais como cobre e alumínio.

O índice do setor automotivo recuou 1,1%, pressionado pelas quedas de 1,2% a 2% das ações da BMW, Daimler, Renault e Peugeot, que figuram entre os grandes exportadores europeus.

"As ações estão caindo na esteira do avanço do euro. Estamos apenas consolidando alguns dos ganhos feitos durante o mês passado", disse o gestor de fundos da Clarinvest Ion-Marc Valahu, apontando para os ganhos de quase 10% do FTSEurofirst no mês passado.

O setor bancário caiu 1,2%, com KBC , Deutsche Bank, Unicredit e Commerzbank perdendo entre 2,4% e 4,2%.

Em Londres, o índice Financial Times avançou 0,42%, a 6.201 pontos. Em Frankfurt, o índice DAX caiu 0,91%, a 9.892 pontos. Em Paris, o índice CAC-40 perdeu 0,45%, a 4.442 pontos. Em Milão, o índice Ftse/Mib teve desvalorização de 0,66%, a 18.608 pontos.

Em Madri, o índice Ibex-35 registrou alta de 0,18%, a 8.978 pontos. Em Lisboa, o índice PSI20 valorizou-se 0,97%, a 5.160 pontos.

Denúncia sobre Belo Monte é "leviana", diz Norte Energia

18/03/2016 – Fonte: Exame



A hidrelétrica de Belo Monte, que está em construção no Pará, tem o orçamento "rigorosamente dentro do previsto" e não há "sequer uma evidência de irregularidades na execução da obra", afirmou nesta quinta-feira a Norte Energia, responsável pela usina, após o senador Delcídio do Amaral ter dito em sua delação que houve pagamento de propinas no empreendimento.

Em resposta enviada após questionamentos da Reuters, a Norte Energia qualificou de "levianas" as acusações e destacou que "contratos e pagamentos passam por criteriosa análise de auditores internos e a empresa se submete a auditorias periódicas de auditores independentes e dos agentes financeiros".

A hidrelétrica, com investimentos de mais de 25 bilhões de reais, será a terceira maior do mundo quando concluída e tem entre os sócios empresas como Eletrobras, Cemig, Light e Vale, além de fundos de pensão.

A Norte Energia destacou que "não tem nenhuma empresa ligada ao ramo de construção civil entre seus acionistas" e afirmou que a usina vendeu a energia em leilão público, que definiu antecipadamente a tarifa a ser praticada.

"Considerando que a proposta vencedora não é passível de reajuste, somente de correção monetária... se aquele teto não for observado para os investimentos, o empreendimento certamente se inviabiliza", explicou a empresa.

A dona de Belo Monte destacou ainda, sem citar data, que a usina encontra-se "em fase final de testes para pôr em operação sua primeira turbina".

Em sua delação premiada, divulgada oficialmente nesta semana, o senador Delcídio do Amaral (MS) disse que houve propinas de ao menos 30 milhões de reais na construção da usina.

A hidrelétrica do Xingu é um dos projetos de infraestrutura mais controversos do país. Os estudos sobre a usina iniciaram em 1975, mas o projeto foi licitado apenas em 2010.

Desde então, as obras foram paralisadas diversas vezes por ações judiciais e protestos de indígenas e ONGs. Na quarta-feira, trabalhadores da Norte Energia foram liberados após passarem seis dias detidos por índios que negociavam compensações para suas aldeias.

Impsa também nega acusações

A fabricante argentina de equipamentos de energia Impsa também negou que tenha participado de irregularidades ou corrupção para a obtenção de contrato de fornecimento junto a Belo Monte.

"A Impsa rechaça com veemência qualquer insinuação de que tenha praticado atos de corrupção ou promovido pagamentos ou doações ilegais a autoridades, políticos e partidos", afirmou a empresa em nota à Reuters nesta quinta-feira.

A empresa afirmou ainda que, ao entrar na disputa entre fornecedores pelos contratos de Belo Monte, "ajudou a reduzir substancialmente os preços ofertados pelo outro consórcio, que terminou responsável pelo fornecimento dos demais equipamentos".

A Impsa forneceria parte das turbinas e geradores para Belo Monte, em contrato de 816,8 milhões de reais, enquanto um consórcio formado por Alstom, Voith e Andritz fechou a venda do restante das turbinas e geradores no valor de 3,5 bilhões de reais. Em julho do ano passado, no entanto, o grupo formado por Alstom, Voith e Andritz fechou contrato para tomar a parte da Impsa na obra, após a empresa argentina ter entrado em recuperação judicial.

Segundo conteúdo da delação do senador Amaral, teria havido "influência direta" do falecido ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), em favor da entrada da Impsa no grupo de fornecedores de Belo Monte, e a empresa depois teria mostrado "inaptidão... em fazer frente a um desafio dessa envergadura".

A Impsa disse em sua resposta que "são inverídicas as assertivas do senador sobre a inaptidão" da empresa.

"A propósito, o contrato em referência é atualmente objeto de litígio entre... Impsa e a Norte Energia, em decorrência de medidas antijurídicas tomadas por parte da contratante... discussão que certamente inexisteria, por razões de natureza lógica... em hipótese de qualquer tipo de vantagem", disse a Impsa em nota, sem detalhar.

Consequências econômicas da corrupção

18/03/2016 – Fonte: O Estado de S.Paulo



A corrupção corrói os pilares da democracia, abala os valores éticos dos indivíduos e cobra elevado preço sobre o crescimento e a competitividade da economia. Onde impera, os mercados são dominados por distorções e ineficiências, afetando a competitividade do país frente aos demais.

O sistema político italiano, quando liderado por Berlusconi, conseguiu promover alterações nas leis que praticamente legalizaram a corrupção.

A experiência internacional mostra que, em países com elevado grau de corrupção, grupos de lobby se encastelam nos centros decisórios, passando a obter privilégios que não têm correspondência com a sua competência, com efeitos muito negativos sobre a produtividade.

Mostra, também, que quanto maior a transparência na gestão do dinheiro público e o grau de escolaridade da população, menores os níveis de corrupção nos países. Se o desafio é grande, os benefícios são inequívocos.

Já foi demonstrado (Pellegrini e Gerlagh, 2004) que uma redução de um desvio-padrão no nível de corrupção de um país aumenta o crescimento da economia em 1% ao ano e aumenta os níveis de investimento em 4,9 pontos percentuais no longo prazo.

Nesse sentido, é muito interessante olharmos para o que aconteceu com a economia italiana após as investigações do gigantesco esquema de corrupção levadas à cabo pela operação Mãos Limpas.

Como é sabido, apesar de as investigações haverem obedecido os melhores padrões técnicos pelos Procuradores de Milão, o sistema político italiano, fartamente comprometido com os crimes de corrupção e liderado por Berlusconi (também envolvido em inúmeros processos) conseguiu promover uma tal sequência de alterações nas leis que praticamente legalizou a corrupção nas duas últimas décadas.

O resultado não poderia ser outro que não a volta da corrupção, cobrando um custo elevadíssimo quanto ao desempenho da economia italiana.

Os exemplos são fartos e eloquentes, e vou utilizar um extraído do livro "Corruzione – a norma di legge", de Giorgio Barbieri e Francesco Giavazzi. O episódio, conhecido como "Alta Velocità", narra a primeira vez em que o capital privado participou de uma obra pública na Itália.

O contrato para a construção de vários trechos de linhas para trens de alta velocidade foi inicialmente firmado em 1991 entre o governo e a Tav Spa, empresa privada formada pela Fiat, Eni, Iri, e pressupunha concorrência internacional. O trecho Milão-Turim, de 125 km, foi feito todavia sem tal concorrência, com a Fiat comandando a parte privada.

Começou apenas em 2002 e terminou em 2009. O custo total da obra atingiu €7,8 bilhões, ou €62 milhões/km. Também em 2002, teve início a construção de uma linha de trem de alta velocidade na França, ligando Paris à Alsácia Lorena. Os 300 km foram entregues em 2007, dois anos antes da finalização da linha italiana, ao custo de €5 bilhões, ou €16,6 milhões/km.

O parceiro privado ficou com 3,6% do valor total da obra no caso italiano e com 2% no caso francês. Se a estrada italiana tivesse sido construída ao custo da francesa teria custado perto de €2 bilhões, contra os quase €8 bilhões efetivamente pagos.

A corrupção é um dos elementos que explicam as diferenças brutais entre os custos de obras públicas na Itália comparados com os de outros países da Europa. No agregado, a soma dessas e de outras ineficiências pode ser medida pela "Produtividade Total dos Fatores", a PTF, que mede a eficiência com a qual a mão de obra e o capital disponíveis no país são utilizados na produção total. No gráfico acima estão as séries

da PTF da Itália, Estados Unidos, Alemanha e França, no período de 1995 a 2014, e o quadro é estarrecedor.

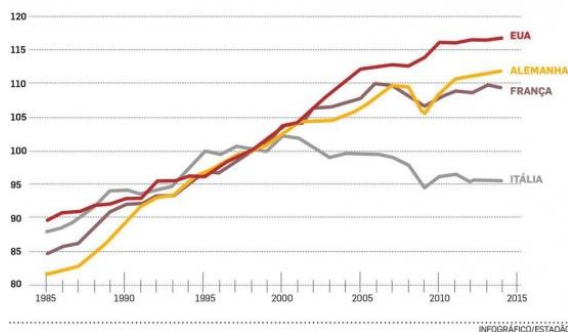
Observa-se que, a partir de 1995, momento em que o sistema político começou a proteger a corrupção, a produtividade na Itália começou a desacelerar e, a partir de 2001, começou a cair, ao passo que, nos outros países, exceto pelo "dente" na época da crise, a tendência de crescimento se manteve ao longo de todo o período.

Se tivesse seguido a produtividade norte-americana, por exemplo, o PIB em 2014 na Itália estaria 22% acima do efetivamente observado, sem que a quantidade de mão de obra e de capital fossem alteradas. Temos de lembrar que a produtividade caiu na Itália apesar do benefício auferido pela forte redução no custo de capital ocorrido pela entrada do país na zona do euro. A corrupção certamente explica boa parte do desempenho descrito.

COMPARAÇÃO

● Produtividade total dos fatores

EM NÚMERO ÍNDICE (BASE FIXA: 1998 = 100)



Estudos mostram que a corrupção é um fenômeno muito persistente, e a sua redução depende de muitos fatores. A existência de leis claras, com penas que tornem o custo da prática da corrupção mais elevado do que os ganhos dela decorrentes, aliada à eficiência do sistema judiciário na identificação e punição desse tipo de crime são a condição necessária, sem a qual não se vai adiante nessa batalha.

Uma das dificuldades para se punir a corrupção vem do seu caráter "invisível": o sucesso da prática depende do sigilo da operação. Entre o corrupto e o corruptor existe um pacto natural de silêncio, que, se for quebrado por um, arrasta automaticamente o outro.

Além disso, a parte lesada é difusa, já que normalmente o custo recai sobre a sociedade como um todo, que sofrerá com custo de obras públicas infladas pelas propinas, baixa qualidade do serviço público, etc.

Em vários países tem se tornado possível identificar esquemas criminosos de corrupção e quebrar a lei do silêncio através da regulamentação de leis específicas que preveem o uso de colaboração premiada. A concessão do incentivo da redução da pena para que uma das partes colabore com o judiciário aumenta o risco (e o custo) da prática de atos corruptos.

A operação Mãos Limpas ofereceu à Itália uma enorme chance de virar a página e se tornar um país moderno e eficiente. Infelizmente, Berlusconi capitaneou a defesa dos interesses corruptos e provocou um enorme retrocesso, que dura até hoje. Há, de plantão no Brasil, inúmeros candidatos ao papel exercido por Berlusconi. Cabe à sociedade civil organizada impedir que tragédia semelhante à italiana ocorra entre nós.

Impacto provocado pela CPMF afeta desenvolvimento das MPEs, afirma Fenacon

18/03/2016 – Fonte: Portal Contábil



Segmento que concentra 94,2% dos empreendimentos ativos no Brasil será penalizado caso o tributo seja instituído novamente.

A proposta de retomar a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), que vigorou até 2007, é vista com ressalva por diversos setores empresariais.

De acordo com a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), as principais afetadas com a mudança serão as micro e pequenas empresas (MPEs), que somam 14,8 milhões de empreendimentos brasileiros e representam 94,2% do total de empresas ativas no país – os dados são da ferramenta Empresômetro MPE.

“Como se trata de uma alíquota cumulativa, deve penalizar principalmente os pequenos negócios, já que destinam uma parcela mais significativa de sua arrecadação para o pagamento do imposto”, afirma o presidente da entidade, Mario Berti. Segundo ele, a CPMF também pode frear a utilização do sistema financeiro e incentivar a ilegalidade, já que a circulação maior de dinheiro vivo no mercado favorece pagamentos sem emissão de nota fiscal. “Com isso, automaticamente deixariam de ser recolhidos outros impostos”, analisa.

Para Berti, a medida é inviável em um ambiente empresarial que sustenta uma das cargas tributárias mais pesadas mundialmente. “Caso seja instituída a ‘nova’ CPMF, no valor de 0,20%, para colocar em ordem as contas públicas, a contribuição vai aumentar em aproximadamente 1% a carga tributária anual do Brasil, superando a marca de 35% do volume do PIB brasileiro”, afirma.

Na prática

Uma estimativa realizada pelo especialista em direito tributário Leonardo Sperb de Paola mostra que uma empresa de serviços enquadrada no Simples Nacional com lucro líquido anual de R\$ 21 mil, por exemplo, deverá comprometer 2,69% desse total (R\$ 566,20) somente com a CPMF caso a alíquota seja de 0,38%. “É necessário observar que esse seria mais um entre tantos tributos já existentes no cotidiano corporativo para onerar e até mesmo inviabilizar os empreendimentos”, argumenta Berti.

No cálculo, é considerada uma receita bruta anual de R\$ 150 mil, gastos com fornecedores de R\$ 20 mil e custos com mão de obra de R\$ 100 mil, além de outros impostos e taxas que somam R\$ 9 mil. “Nesse caso, a taxa seria repassada sobre bens e serviços providos por fornecedores e, ao pagar esses mesmos fornecedores mediante transferência bancária, a empresa seria diretamente debitada de CPMF. Além disso, ao pagar seus colaboradores mediante transferência bancária haveria novo débito de CPMF, bem como ao quitar impostos referentes ao Simples”, explica o especialista.

Lei que eleva imposto sobre ganho de capital é sancionada

18/03/2016 – Fonte: Portal Contábil

A presidente Dilma Rousseff sancionou com vetos a lei que aumenta a alíquota de Imposto de Renda sobre ganho de capital. A mesma lei estabelece regras para o uso de imóveis para quitar dívidas tributárias. A Lei 13.259 está publicada em edição extra do Diário Oficial desta quinta-feira (17/03).

No texto aprovado pelo Congresso Nacional havia a previsão de que os valores dos ganhos de capital que balizam a tributação seriam ajustados no mesmo percentual aplicado para a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

Esse artigo foi vetado porque, de acordo com a justificativa, previa uma indexação “que não condiz com a diretriz da política econômica do governo federal”. Além disso, a mudança vincula situações tributárias diversas – do ganho de capital auferido pelo investidor e da renda obtida pela pessoa física -, o que poderia gerar distorções em políticas públicas.

Também foram vetados dois artigos que previam a incidência das novas alíquotas apenas para operações feitas a partir de 1º de janeiro deste ano, porque, de acordo com a razão apresentada pela presidente, a previsão é inconstitucional.

Com a nova lei, a incidência do IR sobre ganho de capital passa a valer com as seguintes alíquotas: 15% para ganhos de até R\$ 5 milhões, 17,5% entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, 20% entre R\$ 10 milhões e R\$ 30 milhões e 22,5% acima de R\$ 30 milhões.

As alíquotas aprovadas no Congresso Nacional ficaram abaixo da originalmente pretendida pelo governo, que ia de 20% para ganhos acima de R\$ 1 milhão até 30% sobre lucros superiores a R\$ 20 milhões. Até a edição da lei, os ganhos de capital eram tributados em 15%, independentemente do valor.

IMÓVEIS

A lei prevê ainda regras para o uso de imóveis na quitação de débitos tributários. Os bens serão avaliados judicialmente, segundo critérios de mercado, e o valor deverá abranger a totalidade do débito ou, se não for suficiente, o restante da dívida poderá ser paga em dinheiro.

Empresários querem urgência das instituições para tirar País do caos

18/03/2016 – Fonte: Portal Contábil



Os empresários brasileiros estão perplexos diante da grave deterioração do cenário político, que submete o País a uma situação sem precedentes em sua história recente. A informação consta de nota distribuída nesta quinta-feira (17) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), na qual a entidade e as Federações das Indústrias dos Estados manifestam “extrema preocupação com o agravamento da crise política e econômica que o Brasil atravessa”.

No comunicado feito à Nação, a CNI alerta para o caos em que a política nacional mergulhou, gerando profundas incertezas e piorando as perspectivas da economia, já abalada pela mais séria recessão dos últimos 25 anos, critica a "paralisa decisória" que afastou o País do caminho do crescimento e exige "grandeza, serenidade e espírito público dos homens e das mulheres que ocupam os Três Poderes da República, para que o Brasil possa superar o cenário adverso, voltar a crescer e ter confiança no futuro".

"A indústria nacional não pode aceitar que disputas e desavenças políticas se sobreponham aos interesses maiores da Nação", destacou a entidade na nota. "É imprescindível restabelecer a governabilidade. É fundamental restaurar a moralidade no trato dos assuntos públicos, adotar melhores práticas administrativas e implantar medidas favoráveis à estabilidade social, ao emprego e ao desenvolvimento", defendeu.

A nota ainda assinala que "o setor empresarial espera que as instituições brasileiras, principalmente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), com o apoio e a participação da sociedade, consigam encontrar, com urgência, soluções para tirar o País da crise política e econômica". A nota é assinada pelo presidente da CNI, Robson Andrade.

Luz volta a contribuir para queda da inflação medida em prévia do IGP-M

18/03/2016 – Fonte: Paraná Online

A redução na conta de luz voltou a contribuir para a desaceleração da inflação ao consumidor na segunda prévia do mês de março - o mesmo ocorreu na primeira prévia. O IPC-M variou 0,53%, ante 1,17% no mesmo período do mês anterior, informou nesta sexta-feira, 18, Fundação Getulio Vargas (FGV).

De acordo com a entidade, a variação da tarifa de eletricidade residencial foi de -0,18% para -2,63%. Quatro das oito classes de despesas componentes do IPC-M registraram decréscimo em suas taxas de variação. Outros decréscimos vieram de Transportes (1,74% para 0,65%), Educação, Leitura e Recreação (2,11% para -0,14%) e Alimentação (1,29% para 0,81%).

A FGV informou que as maiores contribuições partiram dos itens tarifas de ônibus (3,80% para -0,07%), cursos formais (3,28% para 0,05%) e hortaliças e legumes (6,23% para -3,08%).

Na outra ponta, tiveram acréscimos nas taxas de variações os grupos Comunicação (0,50% para 1,04%), Despesas Diversas (1,31% para 2,03%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,62% para 0,69%) e Vestuário (0,60% para 0,62%).

A entidade destaca as altas de tarifa de telefone móvel (0,03% para 2,06%), cigarros (1,90% para 4,20%), artigos de higiene e cuidado pessoal (0,18% para 0,83%) e roupas (0,71% para 0,83%).

Ociosidade cresce na Usiminas em Cubatão

18/03/2016 – Fonte: DCI

Mesmo com a reestruturação do complexo de Cubatão (SP), a produção da Usiminas continua abaixo do projetado. Com parte dos funcionários em licença remunerada, devido à baixa demanda, a laminação enfrenta falta de insumos, afirmam fontes ao DCI.

A siderúrgica informou por meio de sua assessoria de imprensa que a ociosidade na área de laminação é resultado da forte queda do consumo de aço no Brasil.

Uma fonte ligada à companhia, que prefere não ser identificada, afirma que além da baixa demanda, há falta de insumos para laminação.

"Hoje, a usina conta somente com 10 mil toneladas de placas em estoques", revela a fonte. A falta de insumos seria, em parte, pela baixa demanda e também porque "a empresa não está conseguindo que o fornecedor envie as placas", acrescenta.

O planejamento da Usiminas, divulgado recentemente, era chegar ao final do ano com produção mensal média entre 160 mil e 200 mil toneladas de laminados. No entanto, segundo apurou o DCI, no primeiro bimestre o escoamento não passou de 50 mil toneladas mensais.

O presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santos e Região, Florêncio Resende de Sá, confirma a falta de placas em Cubatão. "O que nós sabemos é que está faltando insumo na unidade", diz.

Ele destaca que a laminação em Ipatinga (MG) segue normalmente. "A empresa está priorizando a atividade na planta mineira", pontua. Mas em Cubatão, as demissões continuam. De acordo com o sindicato da região, o número estimado de funcionários demitidos deve chegar a até 140 somente neste mês.

Conforme apuração do DCI, a expectativa é que as demissões atinjam 600 funcionários internos em março. A Usiminas não confirma o número exato, mas destaca que a dispensa neste mês é um "rescaldo" do fechamento das áreas primárias da unidade, processo que começou em janeiro.

A companhia informa ainda que, desde o início do ano, já foram demitidos cerca de 2 mil funcionários (internos), no bojo do plano de desativar temporariamente as áreas primárias em Cubatão. A Usiminas não confirma o número de empregados da unidade, mas fontes revelam que o total girava em torno de 5 mil internos antes da desativação.

A siderúrgica colocou 1.300 funcionários da laminação e áreas de apoio à produção em licença remunerada de 9 de março até o próximo dia 20. Sob o sistema de "escalonamento", parte do grupo trabalha até "concluir os planos de despacho", informou a empresa em comunicado. Durante esse período, acrescenta a nota, "serão realizadas atividades de manutenção preventiva e planejamento da produção".

Mas de acordo com fontes, no próximo dia 21 a Usiminas deve reavaliar a situação da unidade, sem descartar nova paralisação da produção.

Acordo com bancos

A Usiminas está em vias de concluir um acordo com bancos para renegociação de sua dívida. A diretoria da siderúrgica estaria acertando os últimos detalhes da negociação. Procurada, a empresa informou que não vai comentar o assunto.

Para fontes do mercado, a medida pode ser insuficiente para tirar a companhia da profunda crise em que se encontra.

"Hoje, a Usiminas sofre com a falta de escala. Tudo fica mais caro e, com a demanda em queda, os custos só aumentam. A diretoria só está adiando o problema", avalia uma fonte ligada à empresa.

Produção de aço bruto caiu 8,7% em fevereiro, diz IABr

18/03/2016 – Fonte: R7

A produção brasileira de aço bruto em fevereiro caiu 8,7% na relação anual para 2,434 milhões de toneladas, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Aço Brasil (IABr). No bimestre, a produção de aço bruto ficou em 4,885 milhões de toneladas, queda de 13,7% ante o mesmo período do ano passado.

Já a produção de laminados caiu 14,8% mês passado para 1,7 milhão de toneladas. A de planos caiu 13,9% para 973,5 mil toneladas. A de longos, por sua vez, recuou 16% em fevereiro ante o mesmo mês de 2015 para 726,5 mil toneladas.

As vendas totais no mercado interno, que não considera as dentro do parque da usina, caíram 18,5% em fevereiro, para 1,275 milhão de toneladas. No bimestre as vendas somaram 2,507 milhões de toneladas, recuo de 22,7%.

As vendas externas faturadas pelas usinas em fevereiro somaram 892 mil toneladas, alta de 9,8% na comparação anual. Em valores as exportações chegaram em US\$ 309,4 milhões, recuo de 33,3%.

No bimestre, as vendas externas em volumes alcançaram 1,724 milhão de toneladas, alta de 8,8%. Em valores, por outro lado, as vendas externas no bimestre chegaram em US\$ 560,7 milhões de toneladas, recuo de 39,2%.

Importações - As importações de aço em fevereiro caíram 72%, para 88,2 mil toneladas na relação anual. No bimestre as importações somaram 193,2 mil toneladas, recuo de 72,2% na relação anual.

Em valores as importações chegaram a US\$ 105,7 milhões, queda de 67,4% em fevereiro ante fevereiro de 2015. No bimestre as importações em valores somaram US\$ 228,5 milhões, queda de 67,7%.

O consumo aparente nacional, em fevereiro de 2016, foi de 1,4 milhão de toneladas de produtos siderúrgicos, 27,2% menor que o mesmo período do ano anterior. No acumulado nos dois primeiros meses, o consumo aparente alcançou 2,7 milhões de toneladas, 31,2% menor quando comparado aos mesmos meses de 2015.

Processo Civil muda no País com novo código

18/03/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

Sancionado há um ano pela presidente Dilma Rousseff, o novo Código de Processo Civil (CPC) entra em vigor nesta sexta-feira, 18, com o desafio de combater a lentidão no Judiciário e diminuir o número de processos em tramitação. Para especialistas, a nova lei traz mudanças que tentam dar uniformidade às decisões, valorizando a precedência, e estimula o consenso entre as partes - mas também é alvo de dúvidas e críticas sobre sua real eficácia.

De acordo com o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o País tinha cerca de 71 milhões de processos em estoque no início de 2015, quantidade composta principalmente por ações cíveis e trabalhistas. Para zerá-lo, o CNJ estima que seriam necessários dois anos e meio de trabalho se não houvesse entrada de novas ações.

Para o advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Heitor Sica, o novo código se esforça para valorizar meios consensuais. "Todo processo se iniciará com uma audiência para conciliação das partes, antes mesmo de o réu apresentar a defesa", afirma.

O CPC também prevê multa caso a parte não compareça à audiência. Apenas em situações excepcionais, quando as duas partes informarem não ser possível o acordo, por exemplo, o juiz poderá dispensar a etapa.

O estímulo para que haja acordo serviria para evitar o litígio. No entanto, especialistas alertam que tornar a audiência obrigatória pode retardar ainda mais os processos. "A maior dificuldade é reconhecer que o Poder Judiciário não vai estar preparado para fazer audiência em todos os casos. Talvez não tenham conciliadores suficientes ou a única data disponível seja seis meses depois, por exemplo. Isso pode atrasar muito a primeira etapa", afirma Sica.

O professor de Direito Vladimir Cardoso, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, destaca que o CPC também reformula o julgamento de demandas que tratem do mesmo tema. "O código novo tenta racionalizar, ampliando as possibilidades de uma apreciação que valha para todas as ações", afirma. "Pretende uniformizar as decisões e acelerar o julgamento de todos os processos."

Na prática, a valorização da precedência deve fazer com que, depois que uma decisão seja proferida, os juízes vinculados ao tribunal sejam obrigados a segui-la para casos semelhantes.

Além de "represar" as ações em instâncias mais baixas e apresentar resultados mais rápidos, a alteração é vista por especialistas como uma forma de evitar que a parte recorra nos casos em que o Judiciário já se posicionou de forma contrária, uma vez que a ação teria menos chance de sucesso.

Para Cardoso, um dos riscos dessa mudança é que as individualidades de cada ação podem acabar não sendo levadas em conta. "Mas há mecanismos que ajudam, se não a evitar, pelo menos a reduzir os riscos que isso aconteça. Agora, se prever explicitamente a necessidade de o juiz aplicar o precedente e indicar os motivos pelos quais os casos seriam equivalentes, considerando as particularidades de cada um", afirma.

Aplicação

Segundo o advogado Gustavo Fernandes, sócio do Tauil & Chequer Advogados, o novo CPC é "muito positivo", mas "exige aplicação correta". "Vamos imaginar que o tribunal tenha criado um precedente ruim: cabe recurso para essa decisão."

Eventual erro ou má aplicação da lei estão sujeitos a correções", afirma o advogado, que também destaca a previsão de órgãos de classe participarem do processo. "De fato, pode contribuir para um resultado mais adequado."

A nova legislação altera ainda os prazos processuais, que passam a ser contados apenas em dias úteis e ficarão suspensos um mês por ano, entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro. Para advogados, essas mudanças vão possibilitar descanso nos fins de semana e férias anuais.

Outra mudança é a forma com que o juiz fixa honorários. Na legislação antiga, o valor era fixado após a primeira decisão. Agora, ele pode sofrer aumento caso a parte contrária decida recorrer e volte a ser derrotada. "É uma fórmula para tentar desestimular que as partes interponham os recursos. Se ela não consegue vislumbrar

uma chance razoável de vitória, como o débito vai ficar mais alto, ela tende a não recorrer", diz Heitor Sica.

Para a professora Maria Cecília Asperti Araújo, da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o novo CPC, por si só, não deve resolver os problemas da morosidade. "A gente está tratando só de processo, mas sem entender a conjuntura", diz. "A mudança pode trazer alguns benefícios, mas não vai resolver, porque a causa não está bem detectada."

Camex amplia cobertura do Seguro de Crédito a Exportações para risco político

18/03/2016 – Fonte: Agenda Brasil

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior decidiu estender a todos os países a cobertura de risco político e extraordinário do Seguro de Crédito à Exportação para operações com prazos inferiores a dois anos. Essa modalidade do seguro havia sido aprovada em 2014 somente para países da África, devido à necessidade de promoção das exportações para o continente.

Segundo o ministério, a ampliação está relacionada à "premissa estabelecida pelo Plano Nacional de Exportações de aprimorar e ampliar as coberturas oferecidas pelo sistema de garantia à exportação". A Camex aprovou a medida em sua reunião de fevereiro, mas a informação foi divulgada hoje (17).

Diferentes dos riscos comerciais, relacionados à eventual falta de pagamento do devedor, os riscos políticos e extraordinários estão ligados a decisões governamentais e a fatos alheios à previsão dos contratantes, inclusive os decorrentes de fenômenos naturais.

Enorme carga de dívidas no Brasil provoca boom de reestruturação

18/03/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O atoleiro econômico em que está o Brasil, com um escândalo de corrupção que não para de crescer e a mais longa e profunda recessão em pelo menos um século está produzindo uma era sem precedentes de reestruturações de dívidas corporativas no país.

A farra de empréstimos na qual as empresas brasileiras embarcaram durante a expansão econômica do país, no início desta década, transformou-se em fonte de preocupação em um momento em que milhares de manifestantes tomam as ruas e o Congresso se inclina em favor do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.

Os emissores internacionais do país tinham US\$ 293 bilhões em títulos em circulação no fim de dezembro, contra US\$ 90 bilhões no fim de 2002, segundo o Banco de Compensações Internacionais.

O acesso ao capital evaporou, obrigando empresas como a construtora OAS e a trader de commodities Ceagro Agrícola a reestruturarem. A operadora de telefonia celular Oi contratou a PJT Partners para avaliar o que fazer com sua dívida. As dívidas da Gol e da Usiminas são negociadas com desconto equivalente a metade de seu valor nominal ou mais e os investidores especulam qual empresa será a próxima.

Escritórios de advocacia como Dias Carneiro Advogados estão contratando para fazer frente à demanda por serviços de assessoria — e ainda não contam com o suficiente para atender a todos. Os clientes estão competindo por atenção para garantir que terão prioridade, disse Renato Franco, sócio da consultoria de reestruturações Íntegra Associados.

“Antigamente, ter muitos clientes era um sinal de competência. Agora é um fator negativo porque os clientes querem ter certeza de que você dará atenção total a eles”, disse Franco.

A dívida brasileira agora responde por 45% do índice de US\$ 137 bilhões do Bank of America para bonds distressed de mercados emergentes, contra menos de 10% um ano atrás. Os yields médios das dívidas corporativas brasileiras caíram em relação ao pico do mês passado, de quase 12%, mas ainda estão muito acima de 10%, segundo o JPMorgan.

A recessão econômica está aumentando muito a procura por escritórios especializados em ajudar empresas endividadas. O escritório Dias Carneiro expandiu seu departamento de reestruturações e insolvências em 40% nos últimos 12 meses, para 52 pessoas. E a prática continua crescendo, disse Joel Luis Thomaz Bastos, sócio da empresa com sede em São Paulo.

“A gente percebeu um aumento exponencial no número de consultas a partir de dezembro”, disse ele. “A economia está muito parada e, para retomar o crescimento, se a gente falar de três anos a gente está sendo otimista.”

O número de pedidos de recuperação judicial das empresas mais do que triplicou, para 155 em fevereiro em relação há um ano, segundo dados da empresa de verificação de crédito Serasa Experian.

A potencial reestruturação da Oi é uma das que são acompanhadas mais de perto por causa de sua dimensão e complexidade. A operadora de linha fixa e telefonia celular contratou a PJT Partners para ajudá-la com sua dívida de US\$ 15 bilhões.

O negócio da operadora não é sustentável no longo prazo se a empresa continuar sujeita às regras que exigem que concentre seus investimentos no mercado de linhas fixas de telefonia, que está em queda, disse Pedro Bianchi, especialista em reestruturação de dívidas e sócio do escritório Felsberg Advogados.

Em um comunicado enviado na quarta-feira, a Oi disse que está avaliando todas as opções para melhorar sua liquidez e o perfil de sua dívida.

Em dezembro, a construtora OAS conseguiu aprovação para seu plano de reestruturação, concordando em vender sua participação na operadora de aeroportos Invepar para ajudar a pagar os credores. O Ministério Público Federal acusou executivos da OAS e de outras construtoras de pagarem propinas em troca de contratos com a Petrobras. Em novembro de 2014, a polícia prendeu alguns dos executivos mais poderosos do setor.

A Ceagro, trader de commodities brasileira que não honrou um pagamento de juros no ano passado, estava negociando com bancos um pedido de recuperação judicial, reportou a Bloomberg News no fim do mês passado. A empresa com sede em Campinas enfrentou problemas quando caíram os preços do milho e da soja que negocia, ao mesmo tempo em que a desvalorização do real tornava mais cara a importação de fertilizantes e pesticidas para abastecer os produtores.